

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.222 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : VIVIANE DE AQUINO PACIENCIA
ADV.(A/S) : ELIZABETH DE CARVALHO
RECDO.(A/S) : INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO
- IPAD
ADV.(A/S) : JOÃO JOSÉ FREITAS ATHAYDE CAVALCANTI

DECISÃO: Trata-se de agravo interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que inadmitiu o processamento do recurso extraordinário contra acórdão assim ementado:

“PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. CONCURSO. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO FORA DOS PADRÕES PREVISTOS NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. RECURSO IMPROVIDO.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa (Fls. 166/169), que negou seguimento à Apelação n. 0194866-3.

2. A recorrente concorreu a uma das vagas do Concurso de Soldado da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Edital SARA/SDS 045, de 14 de agosto de 2006, realizou a prova de conhecimento e obteve classificação, sendo convocada para avaliação de capacidade física.

3. Para participar da avaliação física, deveria a candidata apresentar atestado médico habilitando-a para a realização de tais atividades. A recorrente apresentou atestado médico em formulário da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.

4. Porém, a participação da recorrente no teste físico foi negada, sob o argumento de que o atestado médico não fora confeccionado de acordo com o formulário proposto pela Comissão Organizadora do Concurso.

5. Suscita a recorrente que não poderia a autoridade coatora, ora recorrida, ter eliminado-a do referido certame, uma vez que o atestado apresentado é oriundo da Secretaria de

Saúde do Estado, contendo todos os dados necessários acerca da saúde da mesma.

6. No presente caso, não restou demonstrada qualquer mácula na eliminação da candidata no referido concurso.

7. Ora, o Edital é claro, o candidato para se submeter ao Teste de Aptidão Física deveria apresentar atestado médico específico conforme modelo constante no Anexo V. O referido atestado não traz qualquer exigência desarrazoada, ao inverso, exige que o médico ateste a aptidão do candidato para realizar esforço físico: I. Capacidade de Força Explosiva de Membros Superiores – Arremesso de medicine ball; II. Capacidade Aeróbica – Percorrer a maior distância possível durante o tempo de doze minutos; III. Mobilidade Articular – Sentar e alcançar (sit and reach), para avaliação de mobilidade articular e tensão dos músculos dorso-lombares e ísquio-tibiais; IV. Força e Resistência Abdominal – sit-ups, para avaliação da força e resistência do abdômen, através da quantidade de repetições no tempo de um minuto.

8. O Princípio da Vinculação ao Edital determina que todos os atos que regem o concurso público ligam-se e devem obediência ao edital, tudo consubstanciado na legalidade e moralidade. A exigência constante no item 5.1 não traz qualquer ilegalidade como aduz a recorrente, ao contrário, é medida necessária conforme preceitua a Constituição Federal em seu art. 37, inciso II, em face da natureza e complexidade do cargo almejado, que requer plenas condições físicas para o exercício pleno e eficaz das atribuições inerentes ao Policial Militar. E mais, as exigências do Edital são verdadeiras garantias da integridade física da candidata, ante a bateria de testes físico a que seria submetida.

9. Vale ressaltar, que não obstante o atestado médico apresentado pela candidata (fl. 42) ter sido fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, os requisitos do Edital não foram preenchidos. E ainda, o documento apresentado pela apelante além de ser bastante genérico não especifica sequer o cargo a que se refere, dando margem a

ampla e irrestrita interpretação, servindo para qualquer cargo que porventura seja apresentado.

10. Assim, atribuir a apelante o direito de realizar novos testes de aptidão física seria verdadeira afronta ao princípio da isonomia, uma vez que todos os candidatos foram submetidos as mesmas regras constante no Edital, e a exigência contida era requisito necessário para que o candidato lograsse direito a participação nos referidos exames.

11. À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo.” (eDOC 2, p. 103-104)

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados.

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no artigo 102, III, *a*, da Constituição Federal, sustenta-se, em preliminar, a repercussão geral da matéria. No mérito, aponta violação aos artigos 2º; 5º, *caput* e inciso XIII; 37, *caput*, I e II, do texto constitucional.

Defende-se, em síntese, que foi indevida a exclusão da recorrente por suposto descumprimento dos requisitos do edital, uma vez que o atestado médico foi emitido pela Secretaria de Saúde do Estado, contendo descrições suficientes das suas moléstias.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

É firme o entendimento desta Corte no sentido de que, em casos nos quais a solução da controvérsia depender da interpretação de normas de edital de concurso, a eventual ofensa constitucional somente poderia ocorrer de forma reflexa ou indireta.

Segundo o Enunciado 636 da Súmula do STF, “*Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida*”.

Vale ainda transcrever o seguinte trecho da ementa do julgado:

“9. Vale ressaltar, que não obstante o atestado médico

apresentado pela candidata (fl. 42) ter sido fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, os requisitos do Edital não foram preenchidos. E ainda, o documento apresentado pela apelante além de ser bastante genérico não especifica sequer o cargo a que se refere, dando margem a ampla e irrestrita interpretação, servindo para qualquer cargo que porventura seja apresentado.” (eDOC 2, p. 102-103)

Divergir do entendimento adotado pelo Tribunal *a quo* demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada nesta instância extraordinária, a teor do Enunciado 279 da Súmula do STF. Cito os seguintes precedentes: AI 787.014-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli; ARE 753.864-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia; e RE 464.104-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; e o AI-AgR 716.251, Rel. Min. Eros Grau, este último assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. EXAME DE SAÚDE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento.”

Não há, pois, o que prover quanto às alegações recursais.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, § 1º, do RISTF e 544, § 4º, II, “b”, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente